



Jogo Rápido

Boletim Informativo da ASSIBGE-Sindicato Nacional • n.º 221 • 15/5/2007

PROTESTOS MARCARAM O DIA 11 DE MAIO NO IBGE

Assembléias, vigílias e outras formas de protesto marcaram a mobilização dos trabalhadores do IBGE na sexta-feira, 11 de maio, em diversas unidades do País. Muitos foram de preto, em sinal de luto pelo desrespeito do governo e da direção do IBGE em relação aos servidores de Nível Intermediário. No Rio, além da movimentação nos locais de trabalho, houve reunião com a direção do IBGE.

A negociação envolveu a Comissão Nacional dos servidores de Nível Intermediário (com a participação da ASSIBGE-SN) e a direção do IBGE, representada pelo Diretor Executivo Sérgio Côrtes e pelo Coordenador de RH, Antônio Fernando. O Diretor Executivo alegou que não poderia ceder o que a categoria pede porque o Plano de Carreira ainda está em fase de implantação, que só estará concluída em 2008.

Sérgio Côrtes admitiu que com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) corre-se o risco de não se conseguir nada em termos salariais, além do que já está previsto no Plano de Carreira. O Diretor Executivo disse ainda que aceitaria discutir com os representantes da categoria se a reivindicação mudasse de "recomposição salarial" para "revisão da carreira".

Questionado se estaria disposto a se comprometer com o Sindicato e a Comissão Nacional em procurar o Governo para discutir uma forma de garantir melhoria salarial para o Nível Intermediário, Côrtes disse que iria, mas como dirigente de todo o IBGE brigaria para que qualquer percentual de reajuste para o nível médio

fosse estendido ao Nível Superior. Com isso o Diretor Executivo confirmou que a política da direção do IBGE é de manter o fosso salarial entre o NS e o NI, enquanto a categoria defende a valorização de todo o quadro funcional, com a recomposição da tabela do Nível Intermediário.

Os representantes da categoria cobraram da direção do IBGE que firmasse compromisso em enviar ofício em conjunto com o Sindicato ao Ministério do Planejamento (MPOG), solicitando reunião entre Governo, IBGE e Comissão Nacional do NI. Côrtes negou essa possibilidade, mas disse que poderia entrar em contato com o Ministério para informar do pleito da categoria e abrir as portas a uma possível negociação.

Vários estados e unidades do IBGE tiveram manifestações no dia 11 de maio. Até o final do dia a Executiva Nacional havia recebido informações dos seguintes Núcleos Sindicais*:

Av. Chile – Paralisação com boa adesão e computadores desligados, com vigília na porta do prédio. A categoria atendeu ao chamado do Sindicato e vestiu preto;

P. Lucas - Boa adesão ao movimento, com 80% das máquinas desligadas e cerca de 250 trabalhadores participando da vigília na Praça em frente ao CDD, a maioria vestindo preto;

Rio G. Sul – Paralisação com adesão de 90% dos trabalhadores na UE e vigília na porta da unidade. Paralisação com equipamentos desligados também nas cinco agências da capital;

Paraná – Participação parcial e parte da categoria desligou os computadores;

Bahia – Café comunitário na porta da unidade com a participação de cerca de 80 trabalhadores;

S. Catarina – Paralisação com cerca de 90% de adesão na EU, vigília e assembléia;

Piauí – Assembléia com 25 companheiros e paralisação por toda a manhã;

. Distrito Federal – Grande parte da categoria compareceu vestindo preto e não ligou os computadores.

.....

* Informações dos Núcleos e membros da Executiva Nacional da ASSIBGE-SN

Projeto do governo impõe arrocho por dez anos ao funcionalismo

O governo trabalha ostensivamente no Congresso Nacional para aprovar, a toque de caixa, o Projeto de Lei Complementar nº 01, que é parte constituinte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PLC 01 estabelece uma regra de reajuste salarial para o funcionalismo, a ser aplicada nos próximos dez anos. Com essa política o governo Lula quer apagar as perdas salariais dos servidores públicos nos últimos anos e impõe um arrocho salarial sobre a categoria. Daí a importância de lutarmos contra o PLC 01.

Veja o que diz o Projeto:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Acréscimo dispositivo à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 71-A. A partir do exercício financeiro de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos referidos no art. 20, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de doze meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de um e meio por cento.”

“Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

CNESF definiu pontos para a negociação com o governo

Em reunião realizada no dia 8 de maio, em Brasília, os representantes dos sindicatos nacionais dos servidores que pertencem à CNESF decidiram encaminhar ao governo para a abertura de negociação coletiva com o SRH do Ministério do Planejamento os seguintes pontos de pauta:

• Exigir a imediata abertura de negociação em torno de nossa pauta unificada – pro-

tolada na Casa Civil em 15 de março;
• Retirada do PLP-01/07 que tramita no Congresso Nacional;
• Informar aos representantes do governo sobre a deliberação de greve do funcionalismo federal: 24 horas em 23/05 e por tempo indeterminado na primeira quinzena de junho;
• Satisfeitas as duas primeiras exigências, a

CNESF não se abstém da discussão em torno da institucionalização do processo de negociação coletiva no serviço público. No entanto, alertará para o fato de que não vamos discutir regulamentação do direito de greve, porque, em primeiro lugar, é preciso que o governo respeite os necessários espaços de negociação com os servidores para depois falar de “solução de conflitos”.

Ministro do Planejamento reafirma política de arrocho em Audiência Pública

A audiência Pública realizada no Congresso Nacional na terça-feira, dia 8 de maio, se transformou em palco para o governo Lula e o ministro Paulo Bernardo. Salvo pequenas críticas à distribuição dos recursos orçamentários, até os parlamentares de oposição teceram elogios ao ministro, classificando-o como o “melhor da equipe de Lula”.

Leia abaixo, uma síntese da fala do ministro contida em sua manifestação inicial e nas respostas aos parlamentares, com base nas anotações de Paulo Barela, membro da Executiva Nacional da ASSIBG-SN que esteve presente à Audiência Pública.

SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS

Paulo Bernardo iniciou sua fala afirmando que a situação econômica do país é muito boa, seja no aspecto interno, seja no âmbito internacional. Lembrou que o Risco País do Brasil é o menor entre todos os países “emergentes”. Parte desse êxito é justificada pela queda paulatina do déficit público e pelos bons índices de superávit primário. O governo projeta um déficit público para os próximos três anos na seguinte proporção: 2008 – 1,1%; 2009 – 0,83% e 2010 – 0,49%.

Por outro lado, avaliou que a perspectiva para o crescimento é bastante positiva, embora ainda não dê para “baixar a guarda”. Por isso, a política de juros seguirá conservadora, embora se mantenha a redução constante da Taxa básica de forma moderada. Segundo Bernardo, isso é necessário para evitar o aquecimento descontrolado da economia e uma excessiva demanda no consumo, situação que, de acordo com o governo, poderia acarretar alta inflacionária.

A mudança na metodologia de cálculo do PIB, processada pelo IBGE, contribuiu para uma aferição mais “realista” do desempenho econômico brasileiro. Assim, ao retirar do cálculo do Superávit Primário os gastos com o Projeto-Piloto de Investimentos Públicos – PPI que, segundo o ministro, caracterizam-se como investimentos e não despesas, o governo corrige uma “injustiça” metodológica que significa algo em torno de zero vírgula cinco ponto percentual no resultado final.

CPMF, DRU E LOA

O ministro declarou que a manutenção da CPMF – Contribuição “Provisória” Sobre Movimentações Financeiras e da DRU – Desvinculação de Receitas da União – é uma necessidade do país, por isso o governo vai usar de toda a sua força parlamentar para aprovar a manutenção desses dispositivos na forma como são aplicados hoje. Apresentou o exemplo da utilização de R\$ 29 bilhões para a Previdência Social com recursos oriundos dessas fontes. Informou que o percentual da aplicação da CPMF

(0,38%) seguirá em sua distribuição atual, ou seja:

- 0,20 % para utilização em projetos na área de saúde;
- 0,10 % para saneamento do déficit da previdência;
- 0,08 % para o fundo de combate à pobreza (Bolsa Família e outros projetos).

Sobre a extensão da DRU para os estados o ministro afirmou que quem deve decidir é o Congresso Nacional, não o governo. Disse ainda que o governo trabalhou com a hipótese de preparar um projeto de lei junto aos governadores, mas não houve acordo. Assim, sobra para o CN decidir a esse respeito.

Sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA), Paulo Bernardo lembrou que ela precisa ser aprovada pelo Congresso até 31 de dezembro. O ministro afirmou que caso isso não ocorra, o governo já definiu que aplicará sua proposta de Orçamento, de acordo com a proposta apresentada ao CN, na ordem de 1/12 (um doze avos) a cada mês. Bernardo finalizou sua fala sentenciando que o país não pode parar por eventuais morosidades nas ações do Congresso Nacional.

RESERVAS CAMBIAIS E DÍVIDA PÚBLICA

Quanto ao uso das reservas cambiais Paulo Bernardo afirmou, em tom áspero, que isso já foi discutido. O ministro acredita que o volume de reservas dá credibilidade e estabilidade externa para o país, por isso o governo não pensa em utilizar essa “folga” para priorizar os credores da dívida pública interna. Isso poderia acarretar, como disse em relação à política de juros, um aquecimento econômico irreal e desproporcional, sobretudo em relação ao consumo o que, fatalmente, provocaria alta inflacionária.

De acordo com Bernardo “vivemos um cenário internacional benéfico” e as alterações nas regras tributárias beneficiaram os setores produtivos. Para ele é preciso avançar mais, mas a cautela é fundamental para o equilíbrio econômico. Isso é melhor que qualquer mudança no câmbio.

Paulo Bernardo lembrou que a Dívida Pública era indexada pelo dólar, e que agora o governo acabou com isso e não há mais dívidas em dólar. “Conquistamos uma situação de previsibilidade para os próximos anos e estamos diminuindo as taxas de juros. O Brasil ainda tem uma dívida muito alta, 43% do PIB, mas em 2002 era de 52%, portanto houve uma significativa queda”, alertou o ministro.

SOBRE O PAC

Indagado quanto ao PAC – Plano de Aceleração do Crescimento e a morosidade na liberação dos projetos, especialmente, dos recur-

sos financeiros para sua execução, afirmou que o problema não é do governo federal. “O PAC está sendo implementado. Seu ritmo depende muito mais de estados e municípios do que da União. A liberação dos recursos será feita de forma ágil, não tendo sequer a necessidade de contingenciamento. Antes não havia recursos para investimentos, agora eles existem, todavia a lentidão na liberação se justifica pela falta de projetos”, justificou.

O governo federal apresentou o plano global e os recursos estão aí, todavia os projetos de aplicação e execução são de responsabilidade de estados e municípios. Esses, no entanto, não estavam preparados e isso justifica a presente situação.

POLÍTICA PARA O SALÁRIO MÍNIMO

O ministro afirmou que o governo tem plena convicção de que a proposta de valorização do salário mínimo, prevista no PAC - inflação mais variação do PIB *per capita* - está dentro de parâmetros razoáveis. Para Bernardo a regra utilizada permite, sobretudo, uma maior eficiência e previsibilidade nos gastos públicos. “Desde o primeiro ano deste governo, o poder aquisitivo nas famílias de baixa renda cresceu na ordem de 38%. Isso, mais uma vez, reafirma o acerto na política para a inflação. Portanto, não há necessidade de modificá-la”, acrescentou.

CONTROLE DE EMISSÃO DE MP'S E GASTOS COM ESTATAIS

Paulo Bernardo disse que é preciso manter a emissão de MP's para execução da política de créditos. Reconhece que este não é o melhor método, mas culpou o Congresso Nacional que não permite um procedimento mais ágil.

Por fim, o ministro anunciou a previsão de integrar até 2008 as estatais no sistema SIAFI. A meta é dispor de um sistema mais eficiente e efetivo no controle dos gastos dessas empresas públicas.

CONCLUSÃO

Em sua exposição Paulo Bernardo não disse uma palavra sequer sobre investimentos em relação à contratação de servidores e valorização dos salários e das carreiras. Por outro lado, nenhum parlamentar se preocupou em questionar a fundo a política do governo. A exceção ficou por conta do deputado Paulo Ruben – PT/PE, que levantou uma série de questionamentos junto ao ministro que passou, olímpicamente, sem respostas na Audiência.

A impressão que fica da exposição do ministro e da discreta reação dos parlamentares é que estamos vivendo uma economia com “céu de brigadeiro”. Algo similar à Suécia ou ao Canadá.